



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

ALIENAÇÃO DE MATERIAL (FENO)

CONCURSO PÚBLICO

Processo n.º 2024/300.50.201/38

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de Hasta Pública e que tem por objeto a alienação de material (FENO) sito na Quinta das Olas, junto à Estrada Nacional 102, que é proprietário o Município de Celorico da Beira.
2. A identificação do lote bem como a localização, características e condições essenciais da alienação, constam dos ANEXOS I e II ao presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Reconhecimento do local

1. Desde a data de publicação do anúncio no site da Câmara Municipal de Celorico da Beira, os interessados poderão verificar o lote e fazer os respetivos reconhecimentos, devendo agendar com antecedência mínima 24 h para o email gtf@cm-celoricodabeira.pt.

Cláusula 3.ª

Requisitos gerais de alienação

1. O feno ser alvo de alienação, deverá ser cortado e enfardado.
2. A execução de todos os trabalhos decorrerá sob monitorização de um funcionário designado pelo Município de Celorico da Beira

Cláusula 4.ª

Preço base

1. O preço base de venda para a alienação da totalidade do objeto do presente procedimento de Hasta Pública, é de €100 (cem euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
2. Entende-se por preço base, o valor mínimo que o Município da Guarda se dispõe a aceitar pela alienação do feno.

Cláusula 5.ª

Condições de pagamento

1. O pagamento é efetuado nos 3 dias (úteis) seguintes, o adjudicatário procede ao pagamento do montante total apresentado na proposta (acrescido do valor do Iva), na Tesouraria da Câmara Municipal de Celorico da Beira.

Cláusula 6.ª

Outros encargos do adjudicatário

1. O adjudicatário é o único responsável:
 - a) Pela reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos causados a terceiros ou ao Município por motivos que lhe sejam imputáveis;

b) Por todos os prejuízos causados a terceiros ou na área florestal envolvente, incluindo solos e linhas de água.

2. É da responsabilidade do adjudicatário:

a) O pagamento de quaisquer encargos legais necessários à execução dos trabalhos, designadamente licenças ou autorizações conexas com os referidos trabalhos;

b) O cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos, e o pagamento dos encargos que daí resultem;

Cláusula 7.ª

Incumprimento e resolução

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual às obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, deve o Município notifica-lo para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível.

2. Mantendo-se a situação de incumprimento pode o Município resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo.

3. A resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário implica, para este, a perda de quaisquer direitos sobre as árvores, as quais serão novamente alienadas, ficando o adquirente obrigado a repor a diferença entre a sua oferta e o preço obtido na nova alienação, se inferior, bem como proceder ao pagamento de todos os prejuízos decorrente da rescisão.

Cláusula 8.ª

Penalidades

1. Quando o adjudicatário não conclua os trabalhos de corte e, da remoção completa, no prazo contratualmente estabelecido para o efeito, fica sujeito a uma penalização diária de 50,00 € (cinquenta euros).

Cláusula 9.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Poderá ser autorizada pela Entidade adjudicante a cessão da posição contratual e a subcontratação.

2. A autorização da cessão da posição contratual depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário, exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3. A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação

Cláusula 10.ª

Fiscalização do contrato

A execução do contrato será acompanhada, a título permanente, por colaboradores do Município designados e devidamente identificados para o efeito.

Cláusula 11.ª

Prevalência

1. Fazem parte integrante do Contrato os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, conforme o disposto na alínea a), do n.º 2, do art.º 96.º, do CCP, os esclarecimentos e as retificações

relativas ao procedimento pré-contratual em apreço, o caderno de encargos, programa de procedimento proposta adjudicada.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.

Cláusula 12.^a

Contagem de prazos

1. O prazo de execução dos trabalhos de exploração florestal conta-se por dias seguidos.
2. O prazo de pagamento das penalidades conta-se em dias úteis.

Cláusula 13.^a

Disposição final

A presente Hasta Pública rege-se pelo regime previsto no CCP, relativo à alienação de bens móveis.

Cláusula 14.^a

Caução

1. Não será exigida caução.

CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

Capítulo II

Cláusula 15.^a

Quantificação das quantidades

1. O volume do lote objeto da venda está estimado em 7 hectares.
3. Sem prejuízo do que se encontra estabelecido, salvaguarda-se que a exploração deve obedecer aos critérios definidos pelo Município, no que respeita ao local de extração do feno.

Cláusula 16.^a

Obrigações do Adquirente

1. Celebrado o contrato é imediatamente facultado ao adjudicatário o acesso ao local referido na cláusula 1.^a para a execução dos trabalhos.
5. O adjudicatário obriga-se a manter todos os caminhos utilizados no decurso dos trabalhos, incluindo valetas, no estado de conservação em que se encontravam na data do início dos referidos trabalhos.

[Assinatura
Qualificada] Carlos
Manuel da Fonseca
Ascensão

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Carlos
Manuel da Fonseca Ascensão
Dados: 2024.08.06 11:55:40
+01'00'

Localização



 Área a cortar 7ha

Escala: 5/000

